

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 18 de setembro de 2024 • Nº 1891 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

LIBERTADORES

Rio decreta ponto facultativo hoje e amanhã

A prefeitura do Rio decretou ponto facultativo hoje e amanhã. A medida foi adotada com o objetivo de executar o plano operacional para as três partidas válidas pelas quartas de final da Copa Libertadores da América na cidade

de e para o Rock in Rio, que inicia a segunda fase do festival amanhã. A força-tarefa envolve aproximadamente 3,4 mil agentes de 11 secretarias e órgãos municipais, atuando nos serviços de trânsito, transportes, saúde, limpeza e or-

dem urbana. A finalidade é garantir a chegada e saída com tranquilidade do público tanto do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, quanto dos estádios do Maracanã e Nilton Santos (Engenhão), na zona norte da cidade. **PÁGINA 7**

JOGATINA

TSE decide que aposta sobre resultados das eleições é crime

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem, considerar ilícito eleitoral a realização de apostas sobre o resultado das eleições municipais deste ano. De acordo com um novo texto, aprovado pelos ministros da Corte nesta terça, a prática pode configurar abuso de poder econômico e captação ilícita de votos. "A utilização de organização comercial, inclusive em plataformas online, ou pelo uso de internet, para a prática de vendas, ofertas de bens ou valores, apostas, distribuição de mercadorias, prêmios ou sorteios, independente da espécie negocial adotada, denominação ou informalidade do empreendimento, que contém indicação ou desvio por meio de links indicativos ou que conduza a sites aproveitados para a promessa ou oferta gratuita ou mediante pagamento de qualquer valor, bens, produtos ou propagandas vinculadas a candidatos, ou a resultado do pleito, caracteriza-se como ilícito eleitoral, podendo configurar abuso de poder econômico e captação ilícita de votos", diz o novo entendimento do TSE. De acordo com a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, a medida é necessária para garantir eleições "seguras" e "transparentes" para os eleitores. Como mostrou o Estadão, ao menos cinco casas de apostas estavam oferecendo retornos financeiros para jogadores que acertarem qual será os vitoriosos nas eleições de outubro. A jogatina é considerada ilegal pelo Ministério da Fazenda e pode configurar propaganda irregular ao depender da veiculação feitas pelas empresas.

FINANCIAMENTO

BNDES: recursos para projetos de inovação chegam a R\$ 5,9 bilhões



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, de janeiro a agosto deste ano, R\$ 5,9 bilhões para projetos de inovação da indústria brasileira, maior valor da série histórica iniciada em 1995, considerando os primeiros oito meses de 2024. O volume supera a soma das aprovações de 2019 a 2023 no mesmo período e representa mais que o dobro do valor aprovado em

2011, segundo maior ano da série, com R\$ 2,9 bilhões. Desde janeiro de 2023, as aprovações de crédito do banco já somaram R\$ 11,2 bilhões para projetos de inovação, montante superior à soma dos cinco anos anteriores. De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante (foto), em oito meses, o montante investido pelo banco já supera todo ano de 2023, que foi R\$ 5,3 bilhões em crédito. **PÁGINA 2**

TRAGÉDIA CLIMÁTICA



LÍBANO

Hezbollah culpa Israel por atentado com pagers

PÁGINA 10

Governo Lula anuncia R\$ 514 milhões para conter incêndios

Até esta quarta-feira, o governo liberará um crédito extraordinário de R\$ 514 milhões para combater os incêndios florestais que se alastram pelo país. O anúncio foi feito ontem pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (foto), e pela ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, em reunião entre representantes dos Três Poderes para discutir as ações de combate às queimadas. Os recursos, informou Costa, serão distribuídos em diversos ministérios e serão usados para a aquisição de equipamentos e para a execução de medidas no curto prazo. A medida provisória com o crédito extraordinário deve ser editada nas próximas horas. **PÁGINA 9**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,12% / 134.960,19 / -158,03 / Volume: R\$ 16.335.546.852 / Negócios: 3.326.352				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo													
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento		Taxa Selic		IPCA		CDI		OURO					
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Dow Jones													
AZUL PN N2	6,25	+13,84	+0,76	BANRISUL PNA EJ N1	19,88	+17,01	+2,89	JOAO FORTES ON	0,32	-17,95	-0,07	41.606,18	-0,04	R\$ 1.412,00	0,29%	(ago.)	6,1808	6,3608	10,50%	10,40%	5,5010	-0,36%			
HAPVIDA ON NM	4,61	-0,22	-0,01	TIME FOR FUNON NM	1,23	+16,04	+0,17	RECRUSUL ON	6,81	-11,44	-0,88	5.634,58	+0,03	R\$ 4,5373	-0,02%	(ago.)					5,4877	5,4883			
CVC BRASIL ON NM	2,09	+2,45	+0,05	AZUL PN N2	6,25	+13,84	+0,76	ROSSI RESID ON NM	3,64	-9,00	-0,36	17.628,061	+0,20							1,472,88	+0,42				
BRDESCO PN N1	15,33	-0,65	-0,10	ENJOEI ON NM	1,550	+9,15	+0,130	CEMEPE PN	4,80	-7,69	-0,40	Nasdaq 100	19.432,396	+0,05	0,0710%					1,472,88	+0,42				
AMBEV SJA ON	12,96	+0,78	+0,10	VIVEO ON NM	2,430	+6,11	+0,140	ONCOCLINICASON NM	5,600	-7,13	-0,430	Euronext 100	1.472,88	+0,42	0,5714%					6,1001	6,1007	5,5249	5,7079		

MERCADOS



À espera do Fed e do Copom, Bolsa cai 0,12%, aos 134,9 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em baixa após dois leves ganhos consecutivos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) convergiu ontem, para os 134 mil pontos, nível que prevaleceu em sete dos últimos oito fechamentos desde 6 de setembro, vindo então dos 136,5 mil no dia anterior. O longo intervalo de restrita variação tende a terminar hoje, com a deliberação sobre juros nos Estados Unidos e no Brasil.

Em Nova York, os ajustes nesta véspera de decisão foram também contidos, entre -0,04% (Dow Jones) e +0,2% (Nasdaq) no fechamento. Por aqui, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,12%, aos 134.960,19 pontos, com giro limitado a R\$ 16,3 bilhões na sessão. Na semana, o índice sobe 0,06% e, no mês, cede 0,77%. No ano, avança 0,58%.

Na B3, as principais blue chips se alinharam em baixa, com destaque para Petrobras (ON -0,61%, PN -0,46%) na contramão do sinal do petróleo na sessão. Com a retomada de tensões no Oriente Médio, tanto o Brent como o WTI seguem

acima de US\$ 70 por barril.

Entre os carros-chefes do Ibovespa, Vale (ON -0,48%) também cedeu terreno, assim como os grandes bancos, com Bradesco (ON -0,72%, PN -0,65%) à frente. Na ponta perduradora do índice, CSN Mineração (-2,82%), Braskem (-1,87%) e Embraer (-1,61%). No lado oposto, Azul (+13,84%), Petz (+3,74%) e Cogna (+2,76%). Da mínima à máxima do dia - correspondente ao nível da abertura -, o Ibovespa oscilou hoje menos de mil pontos, na faixa de 134 180,34 a 135.118,07.

DÓLAR

O dólar emendou o quinto pregão consecutivo de baixa no mercado doméstico ontem, e voltou a fechar abaixo da linha de R\$ 5,50 pela primeira vez desde fins de agosto.

Com mínima a R\$ 5,479 à tarde, o dólar à vista fechou em baixa de 0,41%, cotado a R\$ 5,4882 - menor valor de fechamento de 23 de agosto (R\$ 5,4794). Após a queda nas últimas cinco sessões, a moeda americana já acumula desvalorização de 2,61% em setembro.

RECORDE

Produção de petróleo da União ultrapassa 86 mil barris diários

A produção de petróleo da União alcançou novo recorde em julho, chegando a 86 mil barris de petróleo por dia (bpd). O volume é referente aos oito contratos de partilha (81,76 mil bpd) e aos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) das áreas não contratadas de Tupi e Atapu.

O resultado é 21,13% acima da produção de junho e foi influenciado principalmente pelo aumento da produção de Mero. No mesmo período, a União teve direito a uma produção de gás natural de 175 mil metros cúbicos por dia (m³) por dia, 5,4% maior do que o resultado de junho.

Os dados fazem parte do Boletim Mensal da Produção, divulgado ontem pela PPSA (Pré-Sal Petróleo).

No regime de partilha, a União tem direito a uma parcela da produção de petróleo e gás natural de todos os campos licitados. Hoje existem 24 contratos assinados em regime de partilha e oito deles estão produzindo. Ou seja, a União tem direito a uma parcela da produção de cada um destes campos.

A PPSA é a empresa que faz a gestão destes contratos e também é a empresa que comercializa estas parcelas.

Além disso, a PPSA representa a União nos acordos de individualização da produção no polígono do pré-sal. Ou seja, toda vez que um bloco arrematado por qualquer empresa que esteja operando no polígono extrapole a área contratada, ampliando assim a sua produção em uma área não contratada, é necessário fazer um acordo de individualização da produção. A PPSA representa a União neste acordo e assim a União passa

também a ter direito a uma parcela da produção.

A União não é uma empresa operadora, mas ela tem produção em função de ter participação em oito contratos e em mais dois acordos de individualização da produção das áreas não contratadas de Tupi e Atapu.

Segundo a diretora técnica e presidente interina da PPSA, Tabita Loureiro, com esse novo recorde, a União se posicionou, em julho, como a sexta maior produtora de petróleo do país. "Começamos o ano na nona posição no ranking e estamos crescendo. Vamos ter muito óleo para comercializar nos próximos anos. Amanhã faremos um novo processo de venda spot para comercializar 1,5 milhão de barris de petróleo em três cargas dos campos de Atapu, Sépia e Itapu e em 2025 teremos um novo leilão na B3 para vender as cargas de 2026", disse ela.

Partilha de produção

A produção total dos contratos em regime de partilha está estável em 1 milhão de barris de petróleo por dia. São oito contratos em produção e o campo de Búzios segue como o maior produtor, com cerca de 470 mil bpd, seguido de Mero (302 mil bpd) e Sépia (97,4 mil bpd).

Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha é de 873 milhões de barris de petróleo. A produção acumulada da União soma 48,37 milhões de barris. Ainda em julho, a produção de gás natural disponível para exportação em regime de partilha foi 4,11 milhões de m³ por dia. O resultado representa aumento de 8% em relação ao mês anterior.

BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, de janeiro a agosto deste ano, R\$ 5,9 bilhões para projetos de inovação da indústria brasileira, maior valor da série histórica iniciada em 1995, considerando os primeiros oito meses de 2024.

O volume supera a soma das aprovações de 2019 a 2023 no mesmo período e representa mais que o dobro do valor aprovado em 2011, segundo maior ano da série, com R\$ 2,9 bilhões.

Desde janeiro de 2023, as aprovações de crédito do banco

já somaram R\$ 11,2 bilhões para projetos de inovação, montante superior à soma dos cinco anos anteriores.

De acordo com o presidente do BNDES, Aloízi Mercadante, em oito meses, o montante investido pelo banco já supera todo ano de 2023, que foi R\$ 5,3 bilhões em crédito.

"As aprovações foram impulsionadas pelo Programa BNDES Mais Inovação, atendendo à determinação do presidente Lula de promover uma transformação tecnológica na indústria nacional para torná-la mais competitiva e com capacidade de ge-

rar empregos mais qualificados no Brasil", explicou.

Segundo ele, desde setembro de 2023, quando entrou em operação, até agosto deste ano, o Programa BNDES Mais Inovação aprovou R\$ 8 bilhões para as empresas nacionais.

De acordo com o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco, José Luís Gordon, o apoio à inovação para micro, pequenas e médias empresas, em 2024, também é o maior desde 1995.

"Os R\$ 2,4 bilhões aprovados entre janeiro e agosto deste ano representam 41% do total apro-

vado pelo banco para a inovação, demonstrando a relevância do tema na agenda das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) brasileiras, que são as empresas que mais geram emprego no país", esclareceu.

Os valores aprovados para empresas de porte médio somaram R\$ 1,4 bilhão, representando 56% do total aprovado para MPMEs em 2024 e superando a soma de todas as aprovações de 2015 a 2023, considerando o mesmo período. Para microempresas foram aprovados R\$ 200 milhões e para pequenas empresas, R\$ 900 milhões.

DEVOLUÇÃO DE IMPOSTOS

MDIC quer ampliar Programa Reintegra a partir de 2025

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, disse ontem que a pasta está trabalhando para ampliar, a partir de 2025, o programa Reintegra, que permite que as empresas exportadoras recebam de volta parte dos valores pagos em impostos.

De acordo com Alckmin, o programa será feito em etapas. Na primeira fase de ampliação do programa, que está sendo chamada de Reintegra de Transição, apenas as pequenas empresas deverão ser beneficiadas.

"Começaremos pelos pequenos, a meta é o ano que vem. É o que eu chamo de Reintegra de Transição, porque isso vai acabar com a reforma tributária. Na

hora em que tivermos a reforma tributária toda em vigência, não terá mais cumulatividade de crédito. Mas, até lá, estamos trabalhando para fazer um Reintegra de Transição, começando com as pequenas empresas", disse ele, ao participar da abertura do congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), por meio de videoconferência.

Durante apresentação aos empresários, Alckmin também destacou a reforma tributária, que está em fase de regulamentação no Senado. "A reforma tributária desonera, simplifica e tira cumulatividade. Então ela deve estimular investimentos e exportação", disse ele, citando que previsões do Instituto de Pes-

quisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 15 anos, a reforma tributária poderá aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12%, além de impulsionar os investimentos em 14% e as exportações em 17%.

Em seu discurso, o vice-presidente falou ainda sobre o programa de depreciação acelerada para compra de máquinas e equipamentos, estimulando novos investimentos e a modernização industrial. "Sobre a depreciação acelerada, já foi feita a portaria interministerial e ela já está aberta para receber as propostas para compra de máquinas, equipamentos e aparelhos". Segundo ele, serão R\$ 3,4 bilhões em créditos financeiros, sendo metade neste ano e metade de ano que vem", falou.

SELIC

Na segunda-feira passada, a Abimaq divulgou uma nota para criticar um possível aumento na taxa básica de juros (Selic). O índice será divulgado hoje pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para a entidade, o Copom deveria manter o atual patamar da Selic ou até iniciar um processo de flexibilização.

"Essa elevação pode trazer sérios riscos ao país, especialmente em um contexto em que a política monetária já se encontra em terreno restritivo, as previsões de crescimento para os próximos anos são fracas e o cenário internacional aponta para afrouxamento monetário e deflação chinesa, escreveu a Abimaq.

APEXBRASIL

Haddad diz que é preciso sair da 'mania de produzir déficits fiscais'

CAIO SPECHOTO E CÉLIA FROUFE/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que é preciso sair da "mania de produzir déficits fiscais", durante reunião no Palácio do Planalto para anúncios de novos projetos da ApexBrasil. "Nossa economia está crescendo e vai continuar crescendo, pois tem tudo para entrar num

ciclo sustentável de crescimento ao longo dos próximos anos", afirmou.

De acordo com ele, o Brasil passou por dez anos de muita turbulência, desarranjo das contas públicas e agora elas estão sendo colocadas em ordem.

O trabalho, de acordo com o ministro, vem sendo feito com muita dificuldade, mas com muita negociação, tanto com o

Judiciário quanto com o Congresso Nacional. "Estamos entrando no entendimento de que nós vamos sair dessa mania de produzir os déficits que foram produzidos ao longo de dez anos. E vocês veem que o déficit foi acompanhado de baixo crescimento e, pior do que isso, da baixa a qualidade do crescimento", avaliou.

Pelos cálculos de Haddad, o Brasil gastou quase R\$ 2 trilhões

em 10 anos, além do que podia, com déficits primários acumulados. "Nós não tivemos nem resultado econômico e nem resultado social. Não aconteceu nada de bom no Brasil", considerou. "Nós estamos agora fazendo esse ajuste, isso exige muita negociação, muita paciência. O fato é que se nós perseverarmos nesse caminho, vamos produzir os melhores resultados econômicos para o País."

CRUZEIRO DO SUL

Aneel entra em impasse sobre pedido da Transmissora Acre

RENAN MONTEIRO/AE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entrou em impasse sobre o pedido da Transmissora Acre SPE para flexibilizar o contrato de concessão referente à Linha de Transmissão SE Feijó, às margens da Rodovia BR-364. O caso,

especificamente, trata da implantação da "Linha 230 kV Feijó - Cruzeiro Sul". A falta de interligação custa aos consumidores R\$ 20 milhões por mês, segundo o órgão regulador.

A licença de instalação é de 2023, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama). As obras atravessam área da tribo indígena Campinas/Katukina.

A divergência entre os diretores ficou centrada na redução ou não da Receita Anual Permitida (RAP) à transmissora. Ricardo Tili e Fernando Luiz Mosina votaram pela redução da receita e o voto contrário foi da di-

reita Agnes Aragão da Costa. O diretor-geral, Sandoval Feitosa, estava ausente na votação deste processo, em específico. Porém, em voto antecipado, acompanhou a diretora.

A Transmissora Acre SPE aguarda a tramitação da Aneel para a entrada em operação. O processo só será destravado com a indicação do quinto diretor pelo governo. Segundo balanço apresentado na reunião, a operação comercial vai permitir um alívio tarifário no curto prazo "com grande potencial, de benefícios para todo o setor elétrico".

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

BELMONTE I PARQUE SOLAR S.A.

CNPJ: 30.418.521/0001-24

Relatório da Administração: 1. Mensagem da Administração: A administração da Belmonte I Parque Solar S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores investidores o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes. 2. A Companhia: A Belmonte I Parque Solar S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160-sala 1737-Parte-Centro/RJ-20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social principal, a geração de energia elétrica fotovoltaica, através das resoluções autorizativas nº 7.927, 7.928, 7.929 e 7.930, todas de 9 de junho de 2020 emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar comercialmente, a energia elétrica gerada das centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 1-1, Belmonte 1-2, Belmonte 1-3 e Belmonte 1-4 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 155 MW. A Companhia tem como único acionista, a Belmonte Solar Holding S.A. 3. Principais acontecimentos no exercício: (a) **Emprestimo:** A Companhia liquidou em agosto de 2023, o empréstimo obtido junto ao Itaú em dólares, que representaram R\$50 milhões (em agosto de 2022). (b) **Entrada em operação comercial:** A Companhia entrou em operação comercial, com 100% das obras concluídas pela Aneel, no início de dezembro de 2023. (c) **Aportes de capital próprio e de terceiros:** Até a presente data de emissão deste relatório da administração, a Companhia tem recebido aportes de capitais através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros, sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para início de suas operações comerciais será atendido com a entrada destes aportes. 4. **Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus investidores com qualidade e transparência. (a) **Diretoria:** A Companhia é administrada por no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo acionista. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. (b) **Conselho Fiscal:** A Companhia não possui Conselho Fiscal implementado, mas com previsão da possibilidade de sua instauração, que, se instaurado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que aprovar sua instalação. 5. **Declaração da diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas 31/12/2023 31/12/2022 01/01/2022			
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	08	1.723	692	1.288
Contas a receber	09	5.365	-	-
Outros ativos		976	52	30
		8.064	744	1.318
Não circulante				
Intangível	11	36.025	35.908	34.803
Imobilizado	07 e 10	822.569	96.067	13.622
Outros ativos		4	-	-
		858.598	131.975	48.425
Total do ativo		866.662	132.719	49.743
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e retenções contratuais	12	73.902	5.732	9
Empréstimo	13	-	52.108	-
Passivo de arrendamento	07 e 14	1.001	962	908
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	8.582	-	100
Impostos retidos e a pagar		2.654	20	-
		86.139	58.822	1.017
Não Circulante				
Passivo de arrendamento	07 e 14	11.078	11.157	11.195
		11.078	11.157	11.195
Patrimônio líquido				
Capital social	17	770.805	62.812	37.542
Prejuízos acumulados		(1.360)	(72)	(11)
Total do patrimônio líquido		769.445	62.740	37.531
Total do passivo e patrimônio líquido		866.662	132.719	49.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas 31/12/2023 31/12/2022			
Receita operacional líquida	18	5.376	-	-
Custos operacionais	19	(2.983)	-	-
Lucro bruto		2.393	-	-
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(1.416)	(38)	(38)
Despesas gerais e administrativas		461	-	-
Outras Receitas		(2.206)	-	-
Depreciação		(3.161)	(38)	(38)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(768)	(38)	(38)
Despesas financeiras	21	(344)	(23)	(23)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.112)	(61)	(61)
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(176)	-	-
Prejuízo do exercício		(1.288)	(61)	(61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	31/12/2023 31/12/2022			
Prejuízo do exercício		(1.288)	(61)	(61)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(1.288)	(61)	(61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Capital social	Reserva	Prejuízos	Total
	subscrito	de capital	acumulados	
Em 31 de dezembro de 2021	36.561	981	(11)	37.531
Aumento de capital	26.251	(981)	-	25.270
Prejuízo do exercício	-	-	(61)	(61)
Em 31 de dezembro de 2022	62.812	-	(72)	62.740
Aumento de capital	707.993	-	-	707.993
Prejuízo do exercício	-	-	(1.288)	(1.288)
Em 31 de dezembro de 2023	770.805	-	(1.360)	769.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	31/12/2023 31/12/2022			

Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(1.288)	(61)	(61)
Ajuste do resultado		-	-	-
Depreciação / Amortização		2.206	-	-
Despesas financeiras		344	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		-	-	-
Contas a receber		(5.365)	-	-
Outros ativos		(924)	1	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		-	-	-
Fornecedores e retenções contratuais		68.170	5.623	73.793
Impostos		2.634	(869)	1.765
Arrendamento de terrenos		(40)	16	(24)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		65.737	4.710	70.447
Atividades de investimento				
Aquisição de ativo intangível		(117)	(1.105)	(1.222)
Aquisição de ativo imobilizado		(724.216)	(78.247)	(802.463)
Obrigações estimadas decorrentes do direito de uso		40	(16)	24
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(724.293)	(79.368)	(803.661)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital		707.993	26.251	734.244
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.582	(981)	7.601
Captação de empréstimos e financiamentos		-	50.000	50.000
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal		(50.000)	-	(50.000)
Pagamento de empréstimos e financiamento-juros		(6.026)	-	(6.026)
Custo de transação		-	(300)	(300)
Pagamento de arrendamento		(962)	(908)	(1.870)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		659.587	74.062	733.649
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.031	(596)	435
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		692	1.288	1.980
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.723	692	1.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
---	--	--	--	--

1. Contexto operacional: A Belmonte I Parque Solar S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160-sala 1737-Parte-Centro/RJ-20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social: (i) geração de energia elétrica; (ii) serviços de engenharia (supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares); (iii) holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detêm o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo); (iv) outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares); (v) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças). Através das resoluções autorizativas nº 7.927, 7.928, 7.929 e 7.930, todas de 9 de junho de 2020 emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar as centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 1-1, Belmonte 1-2, Belmonte 1-3 e Belmonte 1-4 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 155 MW. Essas centrais geradoras fotovoltaicas começaram a ser construídas em 03 de janeiro de 2021 e entraram totalmente em operação comercial no início de dezembro de 2023, conforme os despachos autorizativos da Aneel nº 4.733, 4.734, 4.735 e 4.736 do referido ano. Até a presente data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido aportes de capital através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros. Sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para o início de suas operações comerciais será atendido mediante o ingresso destes aportes financeiros. 2. **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de agosto de 2024. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na prestação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na nota explicativa 5. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. 3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. **Base de mensuração:** As

demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa 5. 5. **Principais políticas contábeis:** a) **Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03-Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. b) **Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1—preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2—técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3—técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. c) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. e) **Instrumentos financeiros:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. **Custo Amortizado:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48. **Passivos financeiros:** ii) **Classificação e mensuração:** A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes). iii) **Baixa de passivo financeiro:** A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. f) **Imobilizado:** São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. g) **Ativos intangíveis:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica. A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. h) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: • Imposto de renda—base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder a base de lucro presumido; • Contribuição social—base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Devido ao regime tributário, não existe imposto de renda diferido. i) **Provisões:** (i) **Provisões gerais:** provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para litígios:** a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. j) **Distribuição de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apurou lucro operacional e registrará (quando aplicável) em bases anuais, e distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios no passivo, salvo se tenham sido efetivamente pagos antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório serão registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., serão divulgados em nota explicativa. k) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50—Contratos de Seguro:** O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11—Contratos de Seguro. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem

simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 23—Definição de Estimativas Contábeis:** As alterações ao CPC 23—Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A Companhia avaliou que as alterações na norma não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26—Divulgação de Políticas Contábeis—Alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao CPC 26 (R1)—Apresentação das demonstrações financeiras e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Sociedade. A Companhia realizou análise das demonstrações, ajustando as notas de base de preparação e apresentação, estimativas e julgamentos críticos e notas explicativas quando necessário. Porém, não houve impacto na mensuração e reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional—Regras do Modelo do Pilar Dois—Alterações ao CPC 32:** As alterações ao CPC 32—Tributos sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória—cujo uso deve ser divulgado—entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. l) **Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** **Alterações ao CPC 06 (R2):** **Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2)—Arrendamentos para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Companhia não espera que haja um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)—Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetam sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não identificou alterações tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores—Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)—Demonstração do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)—Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. 6. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos e passivos, e as respectivas divulgações. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil

BELMONTE I PARQUE SOLAR S.A.

CNPJ: 30.418.521/0001-24

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.694	16	4.710
Atividades de investimento				
Obrigações estimadas decorrentes do direito de uso		-	(16)	16
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(80.260)	(16)	(80.276)
(a) Saldos anteriormente apresentados. (b) Saldos reapresentados (Não auditados). As alterações supracitadas não impactaram a demonstração de resultado do exercício.				
8. Caixa e equivalentes de caixa		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Caixa e bancos		1.723	692	
Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo e tem por finalidade atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.				
9. Contas a receber		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Liquidação no mercado de curto prazo (a)		2.145	-	
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 15)		3.220	5.365	
(a) Créditos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) renegotiados no mercado de curto prazo				
Aging List		A vencer	Venci-	
		Até 90 dias	90-180 dias	dos
Contas a Receber		5.365	-	-
A energia gerada pela sociedade foi comercializada no mercado de curto prazo diretamente com comercializadoras de energia.				
10. Imobilizado				
Imobilizado em curso		<u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2021</u>
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		-	405	405
Serviços relacionados ao direito de uso da superfície (Nota 07) Terrenos		-	206	206
		-	12.103	908
		-	12.714	908
		-	908	13.622
Imobilizado em curso		<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>
Máquinas e equipamentos		-	23.694	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		405	52.791	-
Serviços relacionados ao direito de uso da superfície		206	3.597	-
Resultado financeiro capitalizado		-	2.293	-
(Nota 07) Terrenos		13.011	356	13.081
		13.622	82.731	96.067
Imobilizado em curso		<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>
Máquinas e equipamentos		23.694	454.793	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		53.196	234.401	-
Serviços relacionados ao direito de uso da superfície		3.803	7.129	-
Resultado financeiro capitalizado		2.293	33.233	-
		82.986	729.556	-
Imobilizado em serviço		<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>
Máquinas e equipamentos		-	478.487	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		-	334.055	-
Terrenos		13.081	326	12.233
		13.081	812.868	12.233
Conforme explicado em nota explicativa 01, a Companhia concluiu a construção de seu parque fotovoltaico no decorrer do segundo semestre de 2023 e ficou apta para operação comercial em dezembro de 2023. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esse ativo				
11. Intangível		<u>31/12/2023</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>
Direito de exploração		34.803	-	34.803
Serviços LT		1.222	-	117
		36.025	-	35.908
O direito de exploração é constituído mediante aos direitos detidos e adquiridos por este das aprovações regulatórias (contrato de autorização) de Central Geradora Fotovoltaica denominada Belmonte 1-1 (Processo Nº 48500.003080/2018-88), UFV Belmonte 1-2 (Processo Nº 48500.003081/2018-22), UFV Belmonte 1-3 (Processo Nº 48500.003082/2018-77), UFV Belmonte 1-4 (Processo Nº 48500.003083/2018-11), pelo prazo previsto inicialmente de 35 anos. O referido ativo foi objeto de aumento, em função de pagamentos de encargos regulatórios às transmissoras atreladas ao Custo de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), gastos necessários para o adimplemento regulatório da Companhia junto à Aneel, entrase em operação comercial. Esse ativo será amortizado a partir do início das operações, de acordo com o prazo da concessão de exploração comercial outorgada pela Aneel. Não foram verificados indicadores de existência de impairment em relação a esse ativo.				
12. Fornecedores		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Fornecedores		50.196	2.125	
Retenções contratuais-Fornecedores nacional		20.390	3.607	
Retenções contratuais-Fornecedores estrangeiro		3.316	-	
		73.902	5.732	
A variação decorre principalmente da construção do parque fotovoltaico que entrou em operação comercial integralmente no início de dezembro de 2023. A expressiva variação de saldos refere-se principalmente às retenções contratuais previstas mediante a condicionantes atreladas ao cumprimento das entregas de serviços e/ou materiais atrelados ao processo.				
13. Empréstimos		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Empréstimos		50.000	2.408	52.408
Custos de transação		-	(300)	(300)
		50.000	2.108	52.108
Empréstimo		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Circulante		-	-	52.108
Não circulante		-	-	-
		-	-	52.108
Durante o exercício de 2023, conforme previsto contratualmente, a Companhia liquidou o empréstimo constituído junto ao banco Itaú em agosto de 2022 (através do contrato de empréstimo internacional nº ITANY04360) destinados à construção das centrais geradoras fotovoltaicas descritas na nota explicativa 01. O valor total captado fora de R\$50.000 (correspondentes 9.840 dólares norte americano). Sobre o saldo principal da dívida incidiram juros na modalidade SWAP remunerados a 100% da DI acrescida de uma sobretaxa de 1,30% ao ano mais encargos de 4,89% ao ano. O resultado financeiro desta transação foi capitalizado integralmente na construção de seus ativos qualificáveis em aproximadamente R\$6.026.				
14. Passivo de arrendamentos		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Valor nominal dos pagamentos futuros		12.683	13.197	
Ajuste a valor presente		(604)	(1.078)	
		12.079	12.119	
Ativo Circulante		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Circulante		1.001	962	
Não Circulante		11.078	11.157	
		12.079	12.119	
A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:				
		<u>2023</u>	<u>2022</u>	
Saldo inicial		12.119	12.103	
Adições		-	-	
Baixas		-	-	
Pagamentos		(962)	(908)	
Juros sobre arrendamento		922	924	
Saldo final		12.079	12.119	
Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,26%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida. A Companhia mantém contratos através de escrituras públicas de cessão do direito de uso de superfície celebrados com proprietários de imóveis rurais localizados no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, onde encontra-se seu parque fotovoltaico instalado e operando. Estes arrendamentos são pagos anualmente aos arrendatários destes terrenos, corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP_M") acumulado do respectivo ano. Estes pagamentos anuais correspondentes à competência do exercício subsequente são apresentados dentro do passivo circulante, enquanto, o passivo não circulante representa o montante estimado a valor presente até o final do prazo da concessão outorgada pela Aneel. 15. Partes relacionadas: a) Remuneração da Administração: Durante os exercícios de 2023 e 2022, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada (ex-acionista direto) Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios pagos através da Companhia. b) Transações entre partes relacionadas: Os mútuos recebidos da ex-acionista, foram concedidos à Companhia com o objetivo de obtenção de capital de giro para financiar os custos iniciais das obras. As tabelas a seguir apresentam os valores totais das operações celebradas com suas partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:				
Ativo Circulante		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Eleia Comercializadora de Energia S.A. (a)		3.220	-	
Passivo Circulante		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Belmonte Solar Holding S.A. (b)		8.582	-	
Aportes recebidos revertidos em capital social		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Belmonte Solar Holding S.A. (Nota 17)		707.993	25.270	
O aumento dos aportes de capitais deve-se principalmente à construção do parque fotovoltaico concluída no decorrer do segundo semestre de 2023. (a) Contas a receber pela comercialização de energia no mercado de curto prazo, nota explicativa 12. (b) Saldo já integralizado como aumento de capital em 2024. 16. Provisão para contingências: No contexto cível, a sociedade (e sua coligada Belmonte II Parque Solar S.A.) responde pelos processos de natureza fundiária, para estabelecimento de servidão da linha de transmissão e uso restrito dos parques, e tem estimativa como perda provável calculada atualmente em R\$15 e R\$6, respectivamente, mas que já possui um depósito judicial em tais processos nos valores de R\$4 e R\$1, respectivamente. Tais valores foram considerados imateriais e não foram segregados entre as coligadas, no entanto, a administração monitorará a evolução destes processos e fará dos devidos ajustes no decorrer do próximo exercício fiscal. Atualmente, substanciada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia não possui outras causas judiciais além das listadas acima classificadas como de risco provável de perda. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$770.805 (setecentos e setenta milhões, oitocentos e cinco mil reais) divididas em 770.805 (setecentos e setenta milhões, oitocentos e cinco mil) ações ordinárias nominativas. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$62.812 (sessenta e dois milhões, oitocentos e doze mil reais) divididas em 62.812 (sessenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e seiscentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, 100% detidas pela Belmonte Solar Holding.				
		<u>%</u>	<u>Belmonte I</u>	<u>Belmonte I</u>
Belmonte Solar Holding		100%	770.805	770.805
		100%	770.805	770.805
b) Dividendos: O acionista tem direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Não houve constituição de dividendos ao acionista no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao prejuízo apresentado no período.				
18. Receita operacional		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Receita Operacional Bruta		3.220	-	
Fornecimento de energia CCEE (*)		2.541	-	
		5.761	-	
Deduções da receita		-	-	
Impostos sobre a venda		(266)	-	
ICMS		(21)	-	
PIS		(98)	-	
COFINS		(385)	-	
		5.376	-	
Receita operacional líquida		3.220	-	
(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A sociedade entrou em operação comercial a partir de dezembro de 2023.				
19. Custos operacionais		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Custo de Uso do Sistema de Transmissão		(1.640)	-	
Contrato de Operação e Manutenção		(963)	-	
Outros custos operacionais		(380)	-	
Total custos operacionais		<u>(2.983)</u>	<u>(-)</u>	
Os custos operacionais são compostos principalmente pelos pagamentos mensais aos agentes de mercados elétrico divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico.				
20. Outras receitas (despesas)		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Depreciação / Amortização		(2.206)	-	
Despesas gerais e administrativas		(1.416)	(38)	
Outras receitas		461	-	
Total outras receitas (despesas)		<u>(3.161)</u>	<u>(38)</u>	
21. Resultado Financeiro		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Receita Financeiras		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Juros e multas		(181)	-	
Imposto sobre operações financeiras (IOF)		(157)	(18)	
Outras despesas financeiras		(6)	(5)	
Despesas financeiras		<u>(344)</u>	<u>(23)</u>	
Resultado financeiro		<u>(344)</u>	<u>(23)</u>	
Os gastos financeiros foram principalmente pelos aportes de capital recebidos e aos juros e multas atreladas à regularização dos Custos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST").				
22. Imposto de renda e contribuição social		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Corrente		-	-	
Imposto de renda		(62)	-	
		-	-	
Contribuição social		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Total do imposto de renda e contribuição social		-	-	(114)
A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:		<u>2023</u>	<u>2022</u>	
		<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
		<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Impostos correntes		5.761	5.761	-
Faturamento (fornecimento de energia)		-	-	-
ICMS		-	-	-
		5.761	5.761	-
% para base de cálculo		8%	12%	8%
Base de cálculo		(461)	(691)	-
Receitas financeiras		-	-	-
Outras receitas		-	-	-
Base de cálculo total		(461)	(691)	-
% do imposto (*)		25%	9%	25%
Total		(114)	(62)	-
(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. 23. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.				
Ativos Financeiros		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Caixa e equivalente de caixa		1.723	692	-
Contas a Receber (Nível 2)		5.365	-	-
Passivos financeiros		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Fornecedores (Nível 2)		73.902	5.732	-
Parte relacionada (Nível 2)		8.582	-	-
Custo de transação do empréstimo (Nível 2)		-	300	-
Passivo financeiro		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Empréstimos (Nível 2)		-	-	52.408
Arrendamentos (Nível 2-curto prazo)		1.001	962	-
Arrendamentos (Nível 2-longo prazo)		-	11.018	11.157
23.1. Gerenciamento de riscos: A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia, que julga apresentar exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro celebrado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia entende que apresenta recursos suficientes para honrar com as obrigações contraias decorrentes da sua operação comercial e está regularmente adimplente com seus fornecedores. A Companhia e seu acionista entendem que a captação de recursos financeiros de terceiros e/ou aportes de seu grupo controlador será necessário em decorrência do início de suas operações e vem monitorando periodicamente o momento oportuno para obter novos financiamentos intragrupo ou com terceiros. b) Risco de mercado: A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. O empréstimo bancário constituído pela Companhia no ano anterior já foi liquidado e possuía taxas pré-fixadas. Risco de inflação —os gastos da Companhia são atualizados anualmente por índices de inflação. Risco de captação —a Companhia e seu acionista buscam a captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Risco técnico —a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações devem ser suportados pela Companhia. Riscos regulatórios —a Companhia, direta ou indiretamente, está sujeita à extensa legislação emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia—MME, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente. Risco de seguros —a Companhia por meio de seu epesista adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os o ativo imobilizado, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. d) Risco de liquidez: A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente				

BELMONTE II PARQUE SOLAR S.A.

CNPJ: 30.418.547/0001-72

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração: A administração da Belmonte II Parque Solar S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhada do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Belmonte II Parque Solar S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sala 1737 - Parte - Centro/RJ - 20200-080 no Rio de Janeiro. A Companhia é tem por objeto social principal, a geração de energia elétrica fotovoltaica, através das resoluções autorizadas nº 8.927, 8.928, 8.929, 8.930, 8.931 e 8.932, todas de 9 de junho de 2020 e emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar as centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 2-1, Belmonte 2-2, Belmonte 2-3, Belmonte 2-4, Belmonte 2-5 e Belmonte 2-6 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 300 MW. A Companhia tem como único acionista a Belmonte Solar Holding S.A. **3. Principais acontecimentos no exercício:** (a) **Debêntures:** A Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 300.000 que foram emitidas em julho de 2022, dentro vencimento contratual em agosto de 2023. (b) **Entrada em operação comercial:** A Companhia entrou em operação comercial integralmente a partir de novembro de 2023. (c) **Aportes de capital próprio e de terceiros:** Até a presente

data de emissão deste relatório da administração, a Companhia tem recebido aportes de capitais através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros, sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para início de suas operações comerciais será atendido com a entrada destes aportes. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus investidores com qualidade e transparência. (a) **Diretoria:** A Companhia é administrada por no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo acionista. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. (b) **Conselho Fiscal:** A Companhia não possui Conselho Fiscal implementado, mas com previsão da possibilidade de sua instauração, que, se instaurado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que aprovar sua instalação. **5. Declaração da diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		70.103	1.330	-	(12)	71.421
Aumento de capital	14	3.160	-	-	-	3.160
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(1.330)	-	-	(1.330)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(573)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		73.263	-	-	(585)	72.678
Aumento de capital	14	1.128.020	-	-	-	1.128.020
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.843	2.843
Constituição reserva legal		-	-	113	(113)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(536)	(536)
Reserva de lucros		-	-	-	1.609	1.609
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.201.283	-	113	(1.609)	1.203.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	08	519	94.243	1.156
Contas a receber	09	10.979	-	-
Impostos a recuperar		3.097	1.834	-
Partes relacionadas	15	1.119	-	-
Outros ativos		320	656	877
		16.034	96.733	2.033
Não circulante				
Intangível	08 e 11	67.367	67.367	67.367
Imobilizado	07 e 10	1.259.103	263.042	25.171
Outros ativos		6	-	-
		1.326.476	330.409	92.538
Total do ativo		1.342.510	427.142	94.571
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e retenções contratuais	12	107.641	14.019	11
Debêntures	13	-	316.827	-
Passivo de arrendamento	07 e 14	1.727	1.789	1.690
Impostos retidos e a pagar		8.177	443	-
Outros passivos		-	-	43
Dividendos a pagar	15	536	-	-
		118.081	333.078	1.744
Não Circulante				
Passivo de arrendamento	07 e 14	21.424	21.386	21.406
		21.424	21.386	21.406
Patrimônio líquido				
Capital social	17	1.201.283	73.263	70.103
Reserva legal		113	-	-
Reserva de capital		-	-	1.330
Prejuízos acumulados		-	(585)	(12)
Reserva de lucros a realizar		1.609	-	-
Total do patrimônio líquido		1.203.005	72.678	71.421
Total do passivo e patrimônio líquido		1.342.510	427.142	94.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	18.456	-
Custos operacionais	19	(6.806)	-
Lucro bruto		11.650	-
Receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Despesas gerais e administrativas	20	(994)	(45)
Depreciação e amortização	20	(7.086)	(45)
		(8.080)	(45)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		3.570	(45)
Despesas financeiras	21	(184)	(528)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.386	(573)
Imposto de renda e contribuição social	22	(543)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.843	(573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.843	(573)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	2.843	(573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.843	(573)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.843	(573)
Ajuste do resultado		
Depreciação / Amortização	7.086	-
Despesas financeiras	184	(528)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(10.979)	-
Outros ativos	(2.046)	221
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outros passivos	93.622	14.408
Impostos pagos	7.734	(3.078)
Arrendamento de terrenos	(24)	79
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	98.420	10.529
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(6)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(974.626)	(216.696)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(974.632)	(216.696)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aportes de capital recebidos em dinheiro	1.128.020	1.830
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Emissão de debêntures	-	300.000
Amortização de debêntures (principal)	(300.000)	-
Amortização de debêntures (juros)	(43.743)	-
Custos de transação	-	(886)
Pagamento de arrendamento	(1.789)	(1.690)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	782.488	299.254
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(93.724)	93.087
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	94.243	1.156
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	519	94.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Belmonte II Parque Solar S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2018, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sala 1737 - Parte - Centro/RJ - 20200-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social: (i) geração de energia elétrica; (ii) serviços de engenharia (supervisão de obras de construção civil e elétrica, ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à geração de energia fotovoltaica, intermediação de negócios referentes à energia solar, operação de construção e manutenção de usinas solares); (iii) holdings de instituições não financeiras (as atividades de entidades econômicas que detêm o controle de capital de um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, essas holdings podem exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo); (iv) outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e gestão de projetos solares); (v) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (escritório com serviços de preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, exceto serviços advocatícios, tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças). Através das resoluções autorizadas nº 8.927, 8.928, 8.929, 8.930, 8.931 e 8.932, todas de 9 de junho de 2020 emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), a Companhia foi outorgada a implantar e explorar comercialmente a energia elétrica gerada das centrais geradoras fotovoltaicas Belmonte 2-1, Belmonte 2-2, Belmonte 2-3, Belmonte 2-4, Belmonte 2-5 e Belmonte 2-6 sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas em terrenos arrendados, pagos anualmente aos respectivos proprietários, no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, que somadas têm a capacidade instalada de geração total de aproximadamente 300 MW. Estas centrais geradoras fotovoltaicas começaram a ser construídas em 03 de janeiro de 2021 e entraram totalmente em operação comercial em novembro de 2023, conforme os despachos autorizativos da Aneel nº 3.968, 3.964, 3.983, 3.968, 4.472, 4.507 e 4.291 do referido ano. Apesar da entrada em operação comercial recente, a Companhia ainda depende de suporte financeiro do grupo acionista e/ou de financiamento de terceiros. Até a presente data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido aportes de capital através de seu único acionista e é previsto a entrada de outros aportes oriundos de terceiros. Sendo assim, entende-se que o fluxo financeiro previsto para o início de suas operações comerciais será atendido com a entrada destes aportes. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de agosto de 2024. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na prestação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentado na nota explicativa 5. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa 5. **5. Principais políticas contábeis:** a) **Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou

pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. b) **Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. c) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. e) **Instrumentos financeiros:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". i) **Ativos financeiros não derivativos:** **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. **Custo Amortizado:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48. **Passivos financeiros:** ii) **Classificação e mensuração:** A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetivo. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes serão classificados como passivos não circulantes). iii) **Baixa de passivo financeiro:** A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. f) **Imobilizado:** São registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros Resultados Operacionais" na Demonstração do Resultado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. g) **Ativos intangíveis:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica. A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas rubricas, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. h) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: • Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder a base de lucro presumido; • Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Devido ao regime tributário, não existe imposto de renda diferido. i) **Provisões:** (i) **Provisões gerais:** provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. (ii) **Provisões para litígios:** a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **7. Apresentação de saldos relativos de exercícios anteriores (não auditado):** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não reconheceu em suas demonstrações financeiras destes períodos, o ativo de direito de uso e suas respectivas obrigações. Para as presentes demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu estes valores, assim como, seus efeitos retrospectivos em 31 de dezembro de 2022 e 01 de janeiro de 2022, de forma atender os requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos desde a data da assinatura dos contratos, conforme ajustes descritos abaixo: (a) Montante de R\$23.175 em 31 de dezembro de 2022 (R\$23.096 em 01 de janeiro de 2022) referente ao direito de uso de arrendamentos dos terrenos, onde seus parques fotovoltaicos estão instalados, previstos até o final do prazo de concessão outorgado pela Aneel para exploração comercial da energia gerada destas usinas. (b) Montante de R\$1.789 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.690 em 01 de janeiro de 2022) referente ao passivo de arrendamento a curto prazo. (c) Montante de R\$21.386 em 31 de dezembro de 2022 (R\$21.406 em 01 de janeiro de 2022) referente ao passivo de

adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50 - Contratos de Seguro:** O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis:** As alterações ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A Companhia avaliou que as alterações na norma não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26 - Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Sociedade. A Companhia realizou análise das demonstrações, ajustando as notas de base de preparação e apresentação, estimativas e julgamentos críticos e notas explicativas quando necessário. Porém, não houve impacto na mensuração e reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32:** As alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. l) **Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** **Alterações ao CPC 06 (R2):** **Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em janeiro de 2022, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Companhia não espera que haja um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetam sua classificação. • Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenant futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não identificou alterações tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações

BELMONTE II PARQUE SOLAR S.A.

CNPJ: 30.418.547/0001-72

arrendamento a longo prazo. (d) Efeito no fluxo de caixa nas atividades operacionais e de investimento no montante de R\$79 em 31 de dezembro de 2022.

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em

	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	01/01/2022	Ajustes	01/01/2022
	(a)	(b)	(a)	(a)	(b)	(b)
Ativo						
Imobilizado em andamento	239.867	23.175	263.042	2.075	23.096	25.171
Total do ativo não circulante	307.234	23.175	330.409	69.442	23.096	92.538
Total do ativo	403.967	23.175	427.142	71.475	23.096	94.571

Passivo

Passivo de arrendamento circulante	-	1.789	1.789	1.690		1.690
Total do passivo circulante	331.289	1.789	333.078	54	1.690	1.744
Passivo de arrendamento não circulante	-	21.286	21.386	-	21.406	21.406
Total do passivo não circulante	-	21.286	21.386	-	21.406	21.406
Total do passivo e patrimônio líquido	403.967	23.175	427.142	71.475	23.096	94.571

(a) Saldos anteriormente apresentados. (b) Saldos reapresentados. (Não auditados)

Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercicios findos em

	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022	01/01/2022	Ajustes	01/01/2022
	(a)	(b)	(a)	(a)	(b)	(b)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Arrendamento de terrenos	-		79	-		79
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.450	79	10.529			
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Obrigações estimadas decorrentes do direito de uso	-	(79)	(79)	-		(79)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(218.307)	(79)	(218.386)			
(a) Saldos anteriormente apresentados; (b) Saldos reapresentados. (Não auditados)						
8. Caixa e equivalentes de caixa	519	1.021	1.540	10.604	93.222	104.826
Caixa e bancos	519	1.021	1.540	10.604	93.222	104.826
Aplicações financeiras liquidez imediata - CDB (a)	-	-	-	-	-	-

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo; e tem por finalidade atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, na modalidade CDB-DI com taxa de remuneração 101,50%, depositadas no Itaú.

9. Contas a receber

Liquidação no mercado de curto prazo (a)

Contas a receber de partes relacionadas (Nota 15)

(a) Créditos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) renegociados no mercado de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Até 90 dias	10.979	-
90-180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	-
Vencidos	-	-

Contas a Receber 10.979

10. Imobilizado

Imobilizado em curso

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

(Nota 7) Terrenos

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

(Nota 7) Terrenos

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Imobilizado em curso

Máquinas e equipamentos

Edificações, Obras Civis e Beneficiárias

Serviços relacionados ao direito de uso da superfície

Resultado financeiro capitalizado

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,26%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida. A Companhia mantém contratos através de escrituras públicas de cessão do direito de uso de superfície celebrados com proprietários de imóveis rurais localizados no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco, onde encontra-se seu parque fotovoltaico instalado e operando. Estes arrendamentos são pagos anualmente aos arrendatários destes terrenos, corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acumulado do respectivo ano. Estes pagamentos anuais correspondentes à competência do exercício subsequente são apresentados dentro do passivo circulante, enquanto, o passivo não circulante representa o montante estimado a valor presente até o final do prazo da concessão outorgada pela Aneel. **15. Partes relacionadas:** a) **Remuneração da Administração:** Durante os exercícios de 2023 e 2022, a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela coligada (ex-acionista direto) Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses exercícios pagos através da Companhia. b) **Transações entre partes relacionadas:** Os mútuos recebidos da ex-acionista, foram concedidos à Companhia com o objetivo de obtenção de capital de giro para financiar os custos iniciais das obras. As tabelas a seguir apresentam os valores totais das operações celebradas com suas partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativo Circulante

Belmonte Solar Holding S.A. (a)

Eleia Comercializadora de Energia S.A. (b)

Passivo Circulante

Belmonte Solar Holding S.A. (c)

Aportes recebidos revertidos em capital social

Belmonte Solar Holding S.A. (Nota 17)

O aumento dos aportes de capitais deve-se principalmente à construção do parque fotovoltaico concluídas no decorrer do segundo semestre de 2023. (a) Roteio de gastos decorrentes da construção dos parques fotovoltaicos em conjunto com a coligada Belmonte I, intermediados pelo único acionista de ambas, Belmonte Solar Holding S.A.; (b) Intermediação na comercialização de energia no mercado de curto prazo, nota explicativa 9; (c) O acionista tem direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Os dividendos apurados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram R\$536. **16. Provisão para contingências:** Atualmente, consubstanciada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia não possui nenhuma outra causa judicial além das listadas abaixo classificada como de risco provável de perda. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Até o encerramento do exercício desta demonstração financeira a Companhia não participava como ré em nenhum litígio de cunho civil, fiscal ou trabalhista. No contexto civil, a sociedade e sua coligada Belmonte II Parque Solar S.A) respondem pelos processos de natureza jurídica, para estabelecimento de servidão de linha de transmissão e uso restrito dos parques, e tem estimativa como perda provável calculada atualmente em R\$15 e R\$6, respectivamente, mas que já possuem depósito judicial em tais processos nos valores de R\$4 e R\$1, respectivamente. Tais valores foram considerados materiais e não foram segregados entre as coligadas, no entanto, a administração monitorará a evolução destes processos e fará dos devidos ajustes no decorrer do próximo exercício fiscal. **17. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$1.201.283 divididos em 1.201.283.000 (um bilhão duzentos e um milhões, duzentos e oitenta e três mil) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$73.263 divididos em 73.103.466 (setenta e três milhões, cento e três mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas no valor de um real cada, detidas em sua totalidade pela Belmonte Solar Holding S.A.

Quantidade de Capital Aportado

Belmonte Solar Holding

% Ações Belmonte II Belmonte I

100,0000%

b) Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Reservas de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendos aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade. d) **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo e pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontada a parcela referente à reserva legal, salvo determinação em contrário por unanimidade de votos dos acionistas presentes em Assembleia Geral. Conforme descrito na nota explicativa 15, foi constituído o dividendo mínimo obrigatório de R\$536 (quinhentos e trinta e seis mil reais).

18. Receita operacional

Receita Operacional Bruta

Fornecimento de energia

CCEE (*)

Deduções da receita

Impostos sobre a venda

PIS

COFINS

Receita operacional líquida

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A sociedade entrou em operação comercial a partir de dezembro de 2023.

19. Custos operacionais

Custo de Uso do Sistema de Transmissão

Contrato de Operação e Manutenção

Outros custos operacionais

Total custos operacionais

Os custos operacionais são compostos principalmente pelos pagamentos mensais aos agentes de mercados elétrico divulgado pelo Operador Nacional do Sistema.

20. Outras receitas (despesas)

Depreciação / Amortização

Despesas gerais e administrativas

Total outras receitas (despesas)

21. Resultado financeiro

Juros e multas

Imposto sobre operações financeiras (IOF)

Outras despesas financeiras

Despesas financeiras

Resultado financeiro

Os gastos financeiros foram principalmente pelos aportes de capitais recebidos e aos juros e multas atreladas ao adimplemento dos Custos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST").

22. Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Imposto de renda

Contribuição social

Total do imposto de renda e contribuição social

Alfonso Brunner Beamud - Diretor; Luiz Fernando Ferreira Rufino - Contador - CRC-RJ 119.793/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Belmonte II Parque Solar S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Belmonte II Parque Solar S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Ajustes nas demonstrações financeiras do exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 7, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria com ressalva, com data de 31 de março de 2023. Esses ajustes não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais valores correspondentes ou referidos ajustes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos uma opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S. Ltda. - CRC SP-015199/F; Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes

Faturamento (fornecimento de energia)

ICMS

% para base de cálculo

Base de cálculo

Receitas financeiras

Outras receitas

Base de cálculo total

% do imposto (*)

Total

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

23. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

Valor

Custo justo por amo- meio do amor- zado resultado tizado resultado

Caixa e equivalente de caixa (Nível 2)

Contas a Receber (Nível 2)

Passivos financeiros

Fornecedores e retenções contratuais (Nível 2)

Parte relacionada (Nível 2)</

QUEIMADAS

Polícia faz operações contra suspeitos de causar incêndios

FRANCIELLY BARBOSA/ABRASIL

No Rio de Janeiro, policiais civis da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) realizaram diversas operações para responsabilizar os suspeitos de incêndios criminosos em parques do estado. Na segunda-feira passada, os agentes estiveram em Niterói, na capital carioca e na região serrana.

De acordo com a Polícia Civil, a ação foi desencadeada com apoio de delegacias distritais do interior para identificar os responsáveis pelos crimes. As operações envolvem perícias de local, oitiva de testemunhas

e análises de imagens de câmeras de segurança. Até o momento, cerca de 20 pessoas foram identificadas e estão sendo investigadas.

Em Petrópolis, um adolescente foi levado à delegacia com seu pai por causar a destruição de grandes áreas de vegetação no distrito de Pedro do Rio, no último domingo.

Em entrevista exclusiva à *Agência Brasil*, o chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o biólogo Eduardo Viveiros de Castro, disse que os incêndios no parque "certamente" foram causados por pessoas.

"Tanto a Polícia Federal como o ICMBio (Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade) possuem investigações abertas. A gente só consegue fazer a perícia depois de apagar o fogo. Mas a origem mais provável são as áreas rurais vizinhas ao parque. E, sendo assim, é uma prática criminosa porque não é permitido fazer queimada neste período.

O que podemos dizer é que não existe registro de incêndio natural nessa região. Não temos registro de raios há meses aqui. Então certamente alguém pôs fogo. A questão é se foi intencional ou não", disse.

GABINETE DE CRISE

Para intensificar o combate

às queimadas no estado, o governador Cláudio Castro anunciou na última quinta-feira a criação de um gabinete de crise.

Desde o anúncio, cerca de 1.280 incêndios foram combatidos. No sábado passado, o governador determinou que 40 unidades de conservação deveriam ser fechadas para proteger a população.

Um plano para lidar com a escassez também foi apresentado pelo governador em uma entrevista coletiva na segunda-feira passada. Como uma das ações do plano, serão disponibilizados carros-pipas para as regiões afetadas, principalmente para as escolas, creches e hospitais.

ÔNIBUS

Detro finaliza rodada de audiências públicas sobre licitação de linhas

O Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) e a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (Setram) concluíram a rodada de audiências públicas que apresentou à sociedade fluminense o modelo proposto para a licitação das linhas de ônibus intermunicipais de todo o estado.

A última reunião, realizada na Procuradoria Geral do Estado, na segunda-feira passada, sucedeu às sessões promovidas nos municípios de Resende e Macaé, dando espaço ao envio de sugestões e dúvidas por

parte da população em geral.

O novo modelo, com duração de 20 anos, prevê que os serviços de transporte entre municípios deixem de funcionar em regime de permissão para passar ao de concessão por menor tarifa. Sendo assim, o território fluminense será dividido em seis lotes, considerando o interior do estado, e em outros nove na Região Metropolitana, totalizando 15 unidades, que poderão ser fruto de concorrência entre consórcios formados por várias empresas ou por apenas uma. O mesmo concorrente poderá vencer em diferentes áreas.

CULTURA

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro passará por reforma

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ) passará por uma reforma para a recuperação integral de sua estrutura física.

As obras preveem a modernização dos sistemas elétricos, hidráulicos e de combate a incêndios e revitalização dos espaços internos e externos, aumentando a capacidade de

atendimento ao público e garantindo mais conforto e segurança aos usuários.

Localizado na Lapa, na região central do Rio, o museu foi inaugurado em 1965 e é o primeiro desse segmento no Brasil.

As obras serão feitas por meio da Política Nacional Aldir Blanc, por meio de convênio entre Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Sececrj) e a Fundação MIS. Ao todo, serão

investidos R\$ 3,1 milhões.

Segundo a Sececrj, até novembro, será lançado um certame licitatório para realização da reforma.

A empresa contratada deverá ser especializada em serviços de engenharia e restauro de bens móveis e precisará, obrigatoriamente, preservar os elementos arquitetônicos tombados, como a fachada, que faz parte do Corredor Cultural da Lapa.

Atualmente, o MIS conta com os seguintes setores: Biblioteca, Institucional, Sonoro, Audiovisual, Iconográfico, Tridimensional, Partituras, Textual e o recém-aberto Cinema.

São 42 coleções com acervos de personalidades importantes da cultura brasileira, como Augusto Malta, Ivan Lins, José Wilker, Nara Leão e outros, somando mais de 650 mil itens ao todo.

LIBERTADORES

Município do Rio terá ponto facultativo hoje e amanhã

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A prefeitura do Rio decretou ponto facultativo hoje e amanhã. A medida foi adotada com o objetivo de executar o plano operacional para as três partidas válidas pelas quartas de final da Copa Libertadores da América na cidade e para o Rock in Rio, que inicia a segunda fase do festival amanhã.

A força-tarefa envolve aproximadamente 3,4 mil agentes de 11 secretarias e órgãos municipais, atuando nos serviços de trânsito, transportes, saúde, limpeza e ordem urbana. A finalidade é garantir a chegada e saída com tranquilidade do público tanto do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, quanto dos estádios do Maracanã e Nilton Santos (Engenhão), na zona norte da cidade. Hoje o Fluminense joga contra o Atlético Mineiro, às 19h, no Maracanã, e o Botafogo enfrenta o São Paulo, no Engenhão, às 21h30. E, no dia seguinte, será disputada a partida entre o Flamengo x Peñarol, também no Maracanã, às 19h.

A prefeitura recomenda o uso de transporte público. Para o Rock in Rio, a orientação é que o público se desloque até o Parque Olímpico utilizando o Expresso Rock in Rio, serviço especial exclusivo de BRT, e o metrô.

O acesso de veículos ao perímetro do festival está restrito aos carros de serviço e credenciados dos moradores da região. Para os jogos da Libertadores, os torcedores que forem às partidas no Maracanã deverão dar preferência ao metrô e ao trem, e no caso do Engenhão, ao trem.

Nos dois dias de ponto facultativo, o expediente nas repartições municipais se encerrará às 15h. A medida leva em conside-

ração a necessidade de maior mobilização dos órgãos municipais, para garantir a ordem pública e as operações de trânsito. Não estão incluídos no ponto facultativo os serviços da Secretaria Municipal de Saúde, Mobilidade e outros que não admitem paralisação.

TRÂNSITO

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio) realizará operação de trânsito especial nos arredores do Maracanã e do Engenhão, por conta dos jogos da Libertadores. Na quarta, serão 95 agentes no entorno dos estádios, já que haverá duas partidas nesse dia. Na quinta, 50 agentes no entorno do Maracanã fazem a fiscalização.

Na quarta-feira, na partida entre o Fluminense e o Atlético (MG), no Maracanã, às 19h, o esquema especial começará às 16h, com interdições ao trânsito no entorno do estádio. A CET-Rio contará com 50 agentes e 16 veículos, além de 13 painéis de mensagens variáveis, que informarão sobre os horários dos fechamentos e as rotas alternativas.

Técnicos da CET-Rio, no Centro de Operações Rio (COR), vão monitorar toda a movimentação do trânsito por meio das câmeras para que, se necessário, sejam feitos ajustes na programação semaforica com o objetivo de garantir as boas condições viárias.

A partir das 18h30, haverá interdições ao trânsito de veículos na região. O efetivo operacional contará com 45 pessoas entre agentes da CET-Rio e apoiadores de tráfego, além de viaturas e motocicletas que vão atuar garantindo a fluidez do trânsito e a manutenção dos cruzamentos livres, e orientar pedestres, torcedores e motoristas. Técnicos

da CET-Rio, no Centro de Operações Rio (COR), irão monitorar toda a movimentação do trânsito por meio das câmeras.

METRÔ

Para oferecer mais comodidade e facilidade aos torcedores, no jogo entre Fluminense e Atlético-MG, na quarta-feira, o MetrôRio vai reforçar o efetivo de segurança e de operadores, principalmente nas estações próximas ao estádio. Na quinta-feira (19), também no Maracanã, Flamengo e Peñarol entram em campo a partir das 19h. Para oferecer mais comodidade e facilidade aos clientes, a concessionária vai reforçar o efetivo de segurança e de operadores de estação, principalmente naquelas próximas ao estádio.

SUPERVIA

A SuperVia terá grade de trens extras para atender o público dos jogos da Libertadores. A operação ferroviária seguirá com a capacidade plena nos dias do ponto facultativo. Para os demais dias (com shows do Rock in Rio), a programação seguirá a grade usual.

Na quarta e na quinta, a SuperVia vai reforçar a grade dos trens a partir das 15h. A empresa orienta que os clientes se programem consultando a ferramenta "Planeje Sua Viagem" no aplicativo da concessionária ou, em caso de dúvidas, entrem em contato com a Central de Atendimento (0800 726 9494).

ROCK IN RIO

Quem for ao Rock in Rio poderá contar com três serviços especiais exclusivos de BRT, denominados Expresso Rock in Rio, com embarque nos terminais Jardim Oceânico, Alvorada, na Barra da Tijuca, e Paulo da Por-

tela, em Madureira. O ponto de desembarque é o Terminal Centro Olímpico e o serviço funciona das 11h às 5h. O valor da passagem do Expresso Rock in Rio é de R\$ 23, incluindo ida e volta, e deve ser pago somente com os sistemas de bilhetagem Jaé e RioCard.

O valor do serviço especial do BRT será cobrado na ida do passageiro para o festival. Ao entrar em qualquer estação de BRT, ao longo do dia, será cobrado o valor habitual de R\$ 4,3. O complemento da tarifa especial será debitado num segundo validador, quando o passageiro chegar próximo ao portão de acesso ao Parque Olímpico (Cidade do Rock).

Neste momento, será entregue uma pulseira para o embarque rápido na viagem de retorno do Expresso Rock in Rio. A cada dia do serviço, haverá pulseiras com cores e datas diferentes, entregues após a validação da passagem.

ESCOLAS

As escolas municipais de ensino do Rio em turno único funcionarão das 7h30 às 14h30 no ponto facultativo. Já as escolas de tempo parcial funcionarão apenas na parte da manhã das 7h30 às 12h. Os alunos da modalidade educação de jovens e adultos (EJA), que normalmente estudam à noite, não terão aula.

Na rede estadual de ensino, devido ao ponto facultativo decretado na capital para quarta-feira e quinta, haverá alterações no funcionamento das escolas. O turno da manhã será normal, já os turnos da tarde e integral terão funcionamento até as 15h. O turno da noite não funcionará, mas nessas unidades será aplicado o plano de reposição de aulas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
J B C TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 19.056.147/0001-21, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal – SMMAPA a Licença de Operação de nº 102/2024, emitida em 23 de agosto de 2024. Esta licença é válida até 23 de agosto de 2029. Autoriza a Licença de Operação para Serviços de Garagem e Abastecimento de Frota, com área total construída de 582,29 m², localizado na Avenida Calombe, nº 3.403, Chácara Rio-Petrópolis, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000103/2022.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Em razão da não-instalação da reunião de sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") a ser realizada, em primeira convocação, em 16 de setembro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), ficam os sócios da Sociedade convocados para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em segunda convocação, em 23 de setembro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (I) a ratificação do aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$ 42.337.547,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais), com emissão de 42.337.547 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 10 de julho de 2024 ("Aumento de Capital"); e (II) a correspondente alteração do contrato social da Sociedade, para refletir o Aumento de Capital. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópia de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2024. **Renata Lima de Oliveira - Diretora Geral.**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, doravante designada **VENDEDORA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, nos termos do instrumento particular, contrato nº 70005863-0, datado em 10/09/2021, e cédula de crédito imobiliário integral, nº 6890, série 2021, no qual figuram como **Devedores/Fiduciários Jean Cutrim Lopes**, brasileiro, engenheiro, data de nascimento 21/04/1976, RG nº 309881225-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 070.741.617-56 e **Dilma Bertoso dos Santos**, brasileira, tecnóloga civil, data de nascimento 01/12/1979, RG nº 27133250-5-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 216.962.748-00, convivendo em união estável, residentes e domiciliados na Av. Vereador Roberto Garrido de Souza, 1568, Mirante da Lagoa, Macaé/RJ, levarão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e/ou On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **27 de Setembro de 2024 a partir das 09h00**, na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 1.423.941,70 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído **pelo imóvel**: Imóvel residencial sito a Rua Sidney Vasconcellos Aguiar, 921, Bairro da Glória, prolongamento, nesta cidade de Macaé, Rio de Janeiro, com a área construída de 225,85m² e fração ideal de 0,49907/1,00000, do lote nº 02, desmembrado de maior porção do lote 08, não foreiro e dentro do perímetro urbano, o qual no seu todo mede e confronta da seguinte maneira: 17,40m de fundos com a Avenida Sidney Vasconcellos de Aguiar (antiga estrada A); 17,40m de fundos com a área remanescente; 58,70m de um lado com a área de nº 01; e 58,25m de outro lado com a área 03, perfazendo a área total de 1.017,47m². Matrícula nº 32.265 do 02º Cartório de Registro de Imóveis de Macaé/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 01.6.100.0199.001. **O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **04 de Outubro de 2024 a partir das 13h00**, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a: **2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 712.865,14 (setecentos e doze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja **SOLD LEILÕES** (sold.superbid.net) e no **SUPERBID EXCHANGE** (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através da Loja **SOLD LEILÕES** (sold.superbid.net) e no **SUPERBID EXCHANGE** (www.superbid.net), respectivo o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pelo lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível na Loja **SOLD LEILÕES** (sold.superbid.net) e no **SUPERBID EXCHANGE** (www.superbid.net) o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores/Fiduciários INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(s) ao(s) imóvel(imóveis) arrematado(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo **COMPRADOR ARREMATANTE**, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela **VENDEDORA** ou adjudicação em favor da **VENDEDORA**, a arrematação do **COMPRADOR ARREMATANTE** será rescindida, reembolsados pela **VENDEDORA** os valores pagos pelo **COMPRADOR ARREMATANTE**, excluída a comissão do **LEILOEIRO**, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o **COMPRADOR ARREMATANTE**, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o **COMPRADOR ARREMATANTE**, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da **VENDEDORA**.

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Governo anuncia R\$ 514 mi para combater incêndios

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir desta quarta-feira, o governo liberará um crédito extraordinário de R\$ 514 milhões para combater os incêndios florestais que se alastram pelo país. O anúncio foi feito ontem pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e pela ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, em reunião entre representantes dos Três Poderes para discutir as ações de combate às queimadas.

Os recursos, informou Costa, serão distribuídos em diversos ministérios e serão usados para a aquisição de equipamentos e para a execução de medidas no curto prazo. A medida provisória com o crédito extraordinário deve ser editada nas próximas horas.

De acordo com a Casa Civil, uma parte dos recursos será destinada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para reforçar o monitoramento e enfrentamento às queimadas. Com o dinheiro extra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) poderão contratar brigadistas e alugar viaturas e aeronaves.

Também receberão o dinheiro a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública, para reforçar as investigações e a repressão ao crime ambiental.

A verba também será distribuída às Forças Armadas, para operações de apoio na extinção das chamas. Outra parte dos recursos será empregada na compra de cestas básicas e de alimentos às famílias da Região Norte afetadas pela baixa dos rios.

Segundo o ministro da Casa Civil, o dinheiro será aplicado em parceria com os estados e os municípios. Amanhã o governo federal pretende reunir-se com os 27 governadores para ouvir as demandas e os pedidos de ajuda para traçar um diagnóstico, acrescentou Rui Costa.

O valor já havia sido informado ao Supremo. No domingo passado, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou um orçamento especial para o enfrentamento

às mudanças climáticas. O governo poderá abrir um crédito extraordinário, que por definição está fora das metas fiscais, sem correr o risco de que o dinheiro seja reincluído nelas, caso a medida provisória seja rejeitada ou não seja votada a tempo.

Ainda nesta semana, afirmou Costa, o governo enviará outra medida provisória para simplificar a liberação de recursos do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Realizado no fim da tarde desta terça-feira, no Palácio do Planalto, em Brasília, o encontro teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos presidentes do STF, Luís Roberto Barroso; do Senado, Rodrigo Pacheco; e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O encontro também reuniu ministros do governo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e representantes da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

CONSELHO

A ministra Marina Silva informou que o governo avalia pro-

postas de criação de um Conselho Nacional de Segurança Climática e de um Plano de Prevenção de Efeitos Climáticos Extremos. "Há pouco, nós conversávamos, e o senhor [presidente Lula] teve uma ideia de que, do mesmo jeito que o senhor criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o senhor gostaria de que estudássemos a possibilidade, de caráter de urgência, celebrando essa reunião com os Poderes, o Conselho Nacional de Segurança Climática", declarou.

Para Marina, o conselho terá papel importante ao articular diferentes setores da sociedade. "Acho que isso é uma grande sacada que o senhor teve, porque nós temos o pacto com os Poderes, nós vamos poder reunir o Superior Tribunal de Justiça, a Câmara dos Deputados, o Congresso, a sociedade, o setor empresarial, e poder apresentar recomendações para que mais que mitigar, mais que adaptar e nos preparar, nós possamos transformar o nosso país", acrescentou. O plano de prevenção, informou a ministra, está sob análise da Casa Civil.

Presidente do STJ pede modificação na lei para situações de emergência

VICTOR OHANA E SOFIA AGUIAR

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, solicitou uma modificação na Lei Complementar 140 para situações de emergência. O pedido foi dirigido aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

As declarações ocorreram ontem, durante reunião com

autoridades dos Três Poderes, no Palácio do Planalto. Na ocasião, representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário discutem ações contra os incêndios no Brasil.

Benjamin afirmou que o governo federal está "operando num limbo", nos termos da Lei Complementar 140, que trata de normas de cooperação entre União, Estados e municípios nas ações administrativas para a

proteção do meio ambiente.

"Rigorosamente falando, as competências do governo federal foram muito reduzidas por esta Lei Complementar 140", afirmou o presidente do STJ. "Houve um dreno, quase que total, das competências e das responsabilidades federais."

O presidente do STJ acrescentou: "Pela letra seca da lei, o governo federal deveria estar combatendo incêndios apenas

em terras públicas federais. E daí é muito impróprio se acusar o governo federal de não estar fazendo o trabalho na dimensão que se pretende, quando a legislação que nós temos impede e amarra as mãos do próprio governo federal".

Na proposta de Benjamin, a modificação na lei deve considerar situações de emergência em que a questão deixe de ser local, mas também, federal.

Lewandowski: Propusemos a Lula PEC para fazermos coordenação das forças

VICTOR OHANA E SOFIA AGUIAR

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, defendeu uma proposta de emenda à Constituição que conceda à União a competência para estabelecer diretrizes gerais na área de segurança pública no País. As declarações se deram ontem, durante reunião entre os Três Poderes sobre as queimadas.

"O papel do governo federal é um papel de coadjuvante. A res-

ponsabilidade básica é dos governos locais, dos governos estaduais e do governo distrital para combater esses incêndios", afirmou.

Lewandowski continuou: "Nós não estamos medindo esforços para ajudar as forças locais, que somam cerca de 500 mil pessoas, considerando policiais militares e policiais civis."

O ministro disse que a PEC sugerida a Lula trata da coordenação das forças de segurança nacional. "Propusemos ao senhor presidente da República

uma PEC para que possamos fazer essa coordenação das forças de segurança nacional", declarou. "A PEC pretende conceder à União a competência para estabelecer diretrizes gerais em matéria de segurança pública, defesa social e sistema prisional, sem o prejuízo da competência comum e concorrente dos demais entes federados."

Segundo o ministro, a "PEC da segurança pública" é uma proposta "um tanto quanto ousada". Ele também classificou a

proposta como "simples, com cerca de meia dúzia de artigos", e ressaltou a previsão de um fundo nacional de segurança pública imune a contingenciamentos.

Lewandowski também disse ter feito um apelo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que juízes facilitem investigações e medidas cautelares relacionadas a infrações ambientais. Além disso, ele defendeu a intensificação da demarcação de terras indígenas e de áreas públicas federais.

Lula nos deu prazo para apresentar reestruturação da Defesa Civil, diz Rui Costa

GABRIEL HIRABAHASI, SOFIA AGUIAR E VICTOR OHANA/AE

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "deu um prazo exíguo" para que o governo apresente uma reestruturação da Defesa Civil. Costa também adiantou que a Casa Civil deve discutir com governadores uma reestruturação do Corpo de Bombeiros e que aviões especializados em combate a incêndios devem ser comprados pelo governo.

O presidente (Lula) nos deu um prazo exíguo para que a gente apresente uma reestruturação da Defesa Civil. Vamos discutir com

os Estados uma reestruturação do corpo de bombeiros, com equipamentos. Vamos comprar aeronaves de combate a incêndios. Estamos usando aeronaves das Forças Armadas, que não necessariamente são as mais apropriadas para esse combate", declarou o ministro.

Segundo Rui Costa, a ideia é ter uma estrutura regional de combate aos incêndios. O ministro disse que o presidente determinou um "conjunto de propostas" que "estão em curso e detalhamento no governo". Também defendeu que "há uma grande proporção de incêndios criminosos" no País, ainda que não seja possível afirmar a proporção do que é criminoso e

do que não é. O relato de Rui Costa foi em reunião com o presidente Lula e presidentes dos Três Poderes para discutir as medidas de enfrentamento aos incêndios.

SEGURANÇA AMBIENTAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que pretende levar à próxima Marcha dos Prefeitos uma pauta de reivindicações às administrações municipais com relação à necessidade de estruturas para a segurança ambiental. As declarações ocorreram nesta terça-feira, 17, durante reunião com autoridades dos Três Poderes, no Palácio do Planalto. Na ocasião, representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário

discutem ações contra os incêndios no Brasil. "Esse é um tema que eu quero conversar com a próxima Marcha dos Prefeitos. Ao invés de eles trazerem só uma pauta de reivindicação, nós entregarmos para eles uma pauta de reivindicação de que cada Prefeitura tem que ter brigada, cada Prefeitura tem que ter gente especializada na Defesa Civil", afirmou.

Lula continuou: "Porque não é um problema do governo federal. Ou seja, quando dá uma dor de barriga em Roraima, quando dá uma dor de barriga no Acre, é um problema que lá tem que ter estrutura para cuidar disso e não precisar ficar se socorrendo no governo federal".

PGR

Paulo Gonet se opõe à devolução de celular de ex-assessor de Moraes

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) é contra a devolução do celular do perito Eduardo Tagliaferro, ex-chefe do setor de desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apreendido por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no inquérito das mensagens vazadas.

Para o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o celular "permanece objeto de interesse à investigação, sendo impedida, assim, a sua devolução. Cabe agora a Moraes decidir se mantém o aparelho sob custódia da Polícia Federal para perícia.

A defesa entrou com recurso no STF para tentar anular a apreensão do celular, o que na prática impediria o uso de provas eventualmente encontradas no telefone.

O celular foi apreendido durante o depoimento do perito à Polícia Federal em São Paulo, no mês passado. O delegado que conduziu a oitiva consultou o advogado Eduardo Kuntz, que representa Tagliaferro e acompanhou a audiência, se ele entregaria espontaneamente o aparelho. Diante da recusa da defesa, e já munido do mandado de busca pessoal, o delegado confiscou o telefone.

Em sua decisão, Alexandre de Moraes justificou que a perícia no aparelho é imprescindível para o inquérito das mensagens vazadas "Não há outra diligência adequada à completa elucidação dos fatos", argumentou.

A defesa alega que a decisão foi arbitrária, porque o perito foi ouvido como testemunha, e pede a devolução imediata do telefone.

Um primeiro recurso foi negado pelo ministro, que classificou o pedido como "confuso, sem fundamenta-

ção e absolutamente impertinente". Diante do novo pedido da defesa, Moraes consultou a PGR.

O aparelho apreendido pela PF não é o mesmo que esteve na posse da Polícia Civil de São Paulo em maio de 2023, quando Tagliaferro foi preso em flagrante em uma ocorrência de violência doméstica. Há suspeita de que as conversas envolvendo auxiliares de Moraes tenham sido extraídas do antigo celular do perito. Não se sabe, no entanto, se foi ele próprio quem levou os diálogos a público ou se as mensagens foram divulgadas por terceiros que, eventualmente, tiveram acesso ao aparelho.

Tagliaferro nega veementemente ter divulgado as mensagens. Em entrevista ao *Estadão*, afirmou que não tem "relação alguma" com o vazamento.

Em sua manifestação, o procurador-geral também informou que não vê irregularidade na reatuação da investigação sobre o vazamento. Para Gonet, a mudança na classe processual "não altera a natureza investigativa do feito" e "não implica o arquivamento".

O inquérito foi convertido em petição por Alexandre de Moraes. A defesa de Eduardo Tagliaferro considera que essa foi uma estratégia do ministro para manter a investigação no gabinete dele, minimizando as chances de redistribuição do caso para algum colega relatar.

A investigação sobre a divulgação dos diálogos foi aberta de ofício por Moraes e associada ao inquérito das fake news, que investiga ataques, ofensas e ameaças aos ministros. Ele justificou que o "vazamento deliberado de informações" pode estar associado a uma "atuação estruturada de uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas".

SÃO PAULO

TRE manda Marçal retirar vídeos ofensivos

HEITOR MAZZOCO/AE

A Justiça Eleitoral concedeu liminarmente um pedido de Ricardo Nunes (MDB) e outro de José Luiz Datena (PSDB) para que Pablo Marçal (PRTB) retire do ar vídeos com ofensas aos adversários na campanha deste ano. No mérito, os casos ainda serão julgados (direito de resposta) e Marçal ainda poderá mover recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP). Um terceiro pedido foi sentenciado nesta segunda-feira, 16, e determinou direito de resposta a Nunes contra Marçal por citar, sem provas, que pesquisas favorecem o candidato do MDB.

Ontem, a juíza Cláudia Barichello determinou que Marçal apague um vídeo de suas redes sociais em que chama Datena de "estuprador". O trecho é um corte do debate da TV Cultura, realizado no domingo, que ficou marcado pela cadeirada de Datena em Marçal.

"A colocação do requerente é extremamente agressiva e tem o objetivo único de difamar e macular a imagem do candidato José Luiz Datena. Ainda que tenha havido uma investigação criminal para apurar um suposto crime de assédio sexual em tese praticado pelo autor, é certo que não houve condenação e não se pode admitir que o requerente seja chamado de 'estuprador'", disse a juíza em trecho da decisão liminar.

Ainda nesta terça, o magis-

trado Murillo d'Ávila Vianna Cotrim determinou que Marçal exclua o vídeo em que cita suposta agressão de Nunes contra a mulher. Em entrevista coletiva após deixar o Hospital Sírio-Libanês, na segunda-feira, 16, Marçal afirmou que Nunes deveria explicar se a violência foi de "mão fechada ou aberta".

"Da análise do trecho do vídeo objeto desta representação, veiculada voluntariamente nas redes sociais do requerido em 16 de setembro, constata-se que tem conteúdo injurioso à pessoa do autor, ao reiterar a utilização da expressão 'canalha', bem assim alegação descontextualizada, ao impugnar ao autor a conduta de agressão física ('com a mão fechada ou aberta'), que não consta nos documentos oficiais que tratam do caso a que se referiu o candidato réu em sua manifestação", afirmou o juiz.

Vianna Cotrim afirmou ainda que a publicação nas redes de Marçal é uma entrevista coletiva com duração de 10 minutos. Para que não se configure censura, o magistrado disse que não há problema em nova publicação, desde que não tenha as "falas ofensivas e descontextualizadas".

Na segunda-feira, Vianna Cotrim deu a sentença em uma ação de Nunes contra Marçal por afirmar que pesquisas eleitorais favorecem o candidato à reeleição. "Os erros nas pesquisas e divergência de dados podem ser retratados e criticados pelos candidatos e terceiros.

TRUMP

Suspeito de atentado ficou perto de campo de golfe por 12 horas

O suspeito de uma aparente tentativa de assassinar o candidato republicano à presidência dos EUA, Donald Trump, acampou do lado de fora de um campo de golfe na Flórida com comida e um rifle por quase 12 horas.

Ryan Wesley Routh esperava a chegada do ex-presidente, antes de um agente do Serviço Secreto impedir o possível ataque e abrir fogo, de acordo com documentos judiciais apresentados na segunda-feira passada.

Routh, de 58 anos, não disparou nenhum tiro, nunca teve Trump em seu campo de visão e fugiu em alta velocidade depois que o agente que o avisou abriu fogo, disseram as autoridades. Ele foi preso em um condado vizinho e compareceu ontem ao tribunal federal em West Palm Beach para en-

frentar acusações relacionadas à posse de armas, abrindo um processo criminal nas últimas semanas de uma disputa presidencial que já foi marcada por tumulto e violência.

Embora ninguém tenha sido ferido, o episódio marca o segundo atentado contra a vida de Trump em poucos meses, levantando questões sobre sua segurança em um momento de retórica política amplificada.

Aliados republicanos de Trump e alguns democratas exigem respostas sobre como o suspeito conseguiu chegar tão perto do ex-presidente em ambas as situações.

Diretor interino do Serviço Secreto, Ronald Rowe Jr., argumenta que são necessários mais recursos e que este é "um ambiente de risco hiperdinâmico e sem precedentes".

ALEMANHA

Ministra: Moldávia pode ser novo alvo da Rússia

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, emitiu um alerta dizendo que a Moldávia pode ser o próximo alvo da Rússia depois da Ucrânia.

Em comunicado, a ministra disse que o país recebeu mais refugiados ucranianos per capita do que qualquer outra nação e que o presidente russo, Vladimir Putin, "também quer mergulhar o país no caos".

No entanto, no documento, Baerbock informa que a Moldávia está mais próxima da União Europeia e que a própria Alemanha está cooperando com o país.

"Com nossa ajuda, a Moldávia conseguiu estabilizar sua economia, resistir aos ataques híbridos da Rússia e controlar a inflação. Não estamos relaxando nossos esforços e continuamos a fornecer à Moldávia apoio concreto", reforça.

SISTMA DINÂMICO

Dirigente do Fed sai em defesa de bancos

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano de Dallas, Lorie Logan, afirmou ontem, que, para manter um sistema bancário dinâmico, é preciso que os bancos de todos os tamanhos sejam resilientes, em discurso de abertura pré-gravado para um evento constitu-

cional.

"Na minha opinião, todos os bancos nos Estados Unidos devem estar totalmente configurados na janela de desconto", disse.

A dirigente também comentou que, entre as conversas com colegas e banqueiros, a principal preocupação tem sido a gestão de risco das instituições nos últimos dois anos.

MERCOSUL E EU

Lula já antevê novo obstáculo para acordo

VICTOR OHANA E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que estará com uma negociadora da União Europeia em Nova York nos próximos dias e que deve tratar sobre o acordo do bloco com o Mercosul.

A afirmação ocorreu durante uma reunião com autorida-

des dos Três Poderes sobre as queimadas no Brasil, ontem, no Palácio do Planalto.

"Passaram 30 anos dizendo que era o Brasil, a América Latina, que não queria fazer o acordo. Pois bem, nós decidimos, temos proposta", declarou.

Lula acrescentou: "E portanto, agora, não inventem outro argumento para dizer que vão dificultar o acordo."

GUERRA NO ORIENTE

Hezbollah acusa Israel pela Explosão de pagers no Líbano

Um grande número de pagers que pertencem a membros da milícia xiita radical libanesa Hezbollah explodiram simultaneamente em diversas partes do Líbano ontem, segundo o ministério da Saúde do país. O ministro da pasta, Firas al Abyad, disse em uma entrevista coletiva que nove pessoas morreram em decorrência das explosões e pelo menos 2.800 ficaram feridas, incluindo 200 em estado grave.

O Hezbollah confirmou que as explosões aconteceram e havia comunicado a morte de três pessoas, incluindo uma criança. A milícia xiita libanesa culpou Israel pelas explosões.

Os incidentes ocorreram após Israel afirmar que cogita realizar uma operação militar dentro do Líbano para fazer com que o Hezbollah pare de lançar foguetes contra o território israelense. Após um contato do jornal *The New York Times*, o governo de Israel recusou comen-

tar sobre as explosões no país vizinho.

O ministério da Saúde do Líbano aconselhou que os cidadãos fiquem longe de dispositivos semelhantes até que fique claro o que causou as explosões.

A Cruz Vermelha Libanesa apontou em um comunicado que 80 ambulâncias estavam respondendo a "várias explosões" no sul e leste do Líbano, bem como na capital do país, Beirute.

HEZBOLLAH

Um oficial do Hezbollah afirmou à Associated Press (AP) que integrantes da milícia xiita radical também ficaram feridos na Síria e que ele acreditava que Israel tinha sido o autor do ataque.

"O inimigo (Israel) está por trás deste incidente de segurança", disse o oficial, sem dar mais detalhes. Ele acrescentou que os pagers que os membros do Hezbollah estavam carregando tinham baterias de lítio que apa-

rentemente explodiram. Baterias de lítio, quando superaquecidas, podem soltar fumaça, derreter e até pegar fogo.

A agência de notícias iraniana Fars, apontou em seu canal da rede social Telegram que Mojtaba Amani, embaixador do Irã no Líbano, ficou ferido após a explosão de um pager e está em observação no hospital.

O Hezbollah afirmou que o chefe da milícia xiita libanesa, Hassan Nasrallah, não foi ferido pelas explosões.

TENSÕES

As tensões envolvendo Israel e o Hezbollah estão altas desde 7 de outubro do ano passado, após o início da guerra entre Tel-Aviv e o grupo terrorista Hamas.

O Exército de Israel afirmou nesta terça-feira, que interromper os ataques da milícia xiita radical libanesa Hezbollah no norte do país para permitir que os moradores retornem para

suas casas é agora uma meta oficial de guerra.

O gabinete do primeiro-ministro do país, o genocida Binyamin Netanyahu, considera a possibilidade de uma operação militar no Líbano.

Ontem, o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, disse que uma "operação militar" no Líbano seria a única maneira de restaurar a calma no norte de Israel. Mais de 100 mil pessoas de ambos os lados da fronteira Israel-Líbano foram deslocadas desde outubro por conta de ataques retaliatórios entre Israel e o Hezbollah.

O enviado dos EUA para o Líbano, Amos Hochstein, que fez várias visitas ao Líbano e Israel para tentar aliviar as tensões, se encontrou com Netanyahu na segunda-feira passada. Hochstein disse a Netanyahu que intensificar o conflito com o Hezbollah não ajudaria os israelenses que foram deslocados de suas casas no norte do país.

Ministro do Líbano reage a atentado atribuído a Israel que deixou 9 mortos

O ministro das Relações Exteriores do Líbano, Abdallah Bou Habib, disse que o país estava se preparando para uma grande retaliação do Hezbollah depois que uma explosão de pagers de integrantes da milícia xiita radical libanesa deixou 9 mortos.

"Se Israel pensa com isso que vai devolver seus deslocados do norte de Israel, eles estão enganados. Isso intensifica esta guerra", disse Bou Habib em um telefonema para o *The New York Times*.

Habib afirmou que o governo libanês está se preparando para registrar uma queixa sobre o ataque no Conselho de Segurança da ONU. "O Hezbollah definitivamente irá retaliar em grande estilo. Como? Onde? Não sei", disse ele após falar ontem com autoridades do Hezbollah.

Ao menos nove pessoas morreram e quase 2.800 ficaram feridas ontem, quando os dispositi-

vos de mensagem pager de membros do Hezbollah em todo o Líbano explodiram quase simultaneamente, em uma ação atribuída pelo grupo a um "ataque cibernético israelense".

Segundo o Ministério da Saúde, além dos nove mortos confirmados, cerca de 2.750 pessoas ficaram feridas.

"O inimigo israelense é totalmente responsável por esta agressão criminoso" e "receberá sem dúvida a sua punição justa", afirmou o Hezbollah em um comunicado.

O grupo terrorista Hamas também denunciou uma "agressão terrorista sionista", que não faz distinção "entre combatentes da resistência e civis".

O chefe do estado-maior de Israel, tenente-general Herzi Halevi, realizou um briefing de segurança com outros generais seniores na terça-feira à noite, disseram os militares em uma declaração.

Os oficiais revisaram "a preparação para operações defensivas e ofensivas em todas as frentes", de acordo com a declaração.

EUA

Os Estados Unidos, principal aliado de Israel, "não estiveram envolvidos", nem "tinham conhecimento deste incidente", disse o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, que disse que não tinha "nenhuma avaliação" a oferecer sobre se Israel poderia ser responsável pelas explosões. Miller também apelou ao Irã para evitar ações que possam "aumentar ainda mais as tensões na região".

A coordenadora especial das Nações Unidas para o Líbano, Jeanine Hennis-Plasschaert, alertou para o risco de uma "escalada extremamente preocupante em um contexto já (...) volátil" e instou "todas as partes envolvidas a se absterem de

qualquer ação (...) que possa desencadear uma conflagração mais ampla".

As explosões ocorreram poucas horas depois que Israel anunciou que iria estender à sua fronteira com o Líbano os alvos da guerra, até então focada na luta contra o Hamas na Faixa de Gaza.

O chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, viajará ao Egito na quarta-feira, 18, para discutir uma nova proposta de cessar-fogo em Gaza e a libertação de reféns, informou o Departamento de Estado.

É muito cedo para dizer como o ataque poderia impactar as negociações para um cessar-fogo em Gaza, disse Miller, do Departamento de Estado dos EUA. Os Estados Unidos continuam dizendo a Israel e "outras partes" que eles deveriam buscar uma "resolução diplomática" para a guerra em andamento, ele acrescentou.

ONU

Haddad, Marina e mais 3 ministras viajarão para eventos da Assembleia

EDUARDO RODRIGUES/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou no *Diário Oficial da União* as autorizações de viagens dos ministros que participarão de eventos em Nova York nesta e na próxima semana.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), viaja de 21 a 25 de setembro para participar da Climate Week NYC e de reuniões no contexto da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, viaja de 21 a 27 de setembro para participar da Cúpula do Futuro, da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como de reuniões e de encontros paralelos aos eventos.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, viaja de 20 a 26 de setembro para participar da Cúpula do Futuro, da Assembleia Geral das Nações Unidas e de eventos paralelos no contexto da Semana de Alto Nível das Nações Unidas.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, viaja de 22 a 26 de setembro para participar



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

de reuniões, no contexto da Climate Week NYC e da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como proferir palestra na Universidade de Columbia.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, viaja de

21 a 29 de setembro para participar dos eventos relacionados à Climate Week NYC, da abertura da Galeria Visit Brasil - Edição Amazônia 2024, da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, de reuniões com auto-

ridades governamentais de diferentes países, do evento O futuro é ancestral e para presidir atividade do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Filac).

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br